

Relatório da Administração

Relatório da administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

1. Política Operacional

Em 2016, o Sicoob Sul-Serrano completou 21 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

ROE/ROA			%	p.p
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição	
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	20,43	28,82		-8,39
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	4,12	5,85		-1,73

2.2) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$			%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	69.218	63.948		8,24
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	43.964	18.579		136,63
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.430	1.850		31,35
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	17.739	13.442		31,97
Receitas com Ato Não Cooperativo	4.066	2.305		76,40
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	46.799	39.098		19,7
Despesas Tributárias	1.064	593		79,43
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	7.498	3.670		104,31
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	35.983	20.787		73,10
Juros ao Capital	17.757	13.671		29,89
Sobras do exercício	37.195	42.064		- 11,58

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2016:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 31,97%, o resultado da intermediação financeira aumentou 8,24% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 76,40% em relação ao mesmo período de 2015.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2015, foi de 19,70%.

Houve um aumento de 73,10% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 37,90. Foi pago para os associados em 2016 o valor de R\$ 17.757mil referente a juros ao capital, que é 29,89% maior do que o pago no exercício anterior.

2.3 Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$			%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Varição	
Ativos Totais	990.422	791.736		25,09
Centralização Financeira	349.681	189.526		84,50
Carteira de Crédito	628.332	579.487		8,43
Depósitos	656.454	486.761		34,86
Patrimônio Líquido	217.268	185.322		17,24
Patrimônio de Referência (PR)	217.253	185.310		17,24

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2016:

O total de ativos atingiu R\$ 990.422 mil ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 25,09% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 628.332 mil, com crescimento de 8,43% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Os depósitos obtiveram um aumento de 34,86% considerando o mesmo período de 2015, atingindo no final do exercício de 2016 o montante de R\$ 656.454 mil.

O patrimônio líquido cresceu 17,24% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 217.268 mil.

Em 31/12/2016 a inadimplência acima de 90 dias foi de 3,82%.

2.3.1 Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	Em Milhares R\$							
	31/12/2016			31/12/2015			Varição	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	80.469	5.418	85.887	87.579	4.976	92.555	-6.668	-7,20%
Empréstimos	118.213	360.577	478.790	119.864	309.244	429.108	49.682	11,58%
Títulos descontados	10.949	38.700	49.649	11.433	33.743	45.176	4.473	9,90%
Conta Corrente	6.481	7.525	14.006	6.125	6.523	12.648	1.358	10,74%
Total	216.112	412.220	628.332	225.001	354.486	579.487	48.845	8,43%

3. Pessoas

Contávamos com 235 colaboradores no final do exercício de 2016, desses 97,45% possuem ensino superior e 45,96% com Certificação Profissional ANBIMA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 22.733 mil no exercício corrente.

4. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proponente tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2016, houve uma concentração de 83,98% nos níveis de risco "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alocada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

7. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8. Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 50 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 34 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Venda Nova do Imigrante – ES, 31 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração.

Balço Patrimonial

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		703.392	527.703
Disponibilidades		4.724	7.885
Títulos e Valores Mobiliários	4	11.136	724
Carteira Própria		11.136	724
Relações Interfinanceiras	5	349.681	189.526
Centralização Financeira - Cooperativas		349.681	189.526
Operações de Crédito	6	324.725	321.206
Empréstimos e Títulos Descontados		303.576	276.125
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		74.334	74.630
(-) Provisão para Operações de Crédito		(53.185)	(29.549)
Outros Créditos	7	10.581	4.549
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.068	-
Rendas a Receber		4.571	2.903
Diversos		7.127	1.649
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa		(2.185)	(3)
Outros Valores e Bens	8	2.545	3.813
Outros Valores e Bens		3.156	3.799
(-) Provisão para Outros Valores		(648)	
Despesas Antecipadas		37	14
Não Circulante		287.030	264.033
Realizável a Longo Prazo		256.085	237.038
Títulos e Valores Mobiliários	3	2.840	5.649
Carteira Própria		2.840	5.649
Operações de Crédito	6	250.422	228.732
Empréstimos e Títulos Descontados		238.869	210.806
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		11.553	17.926
Outros Créditos	7	2.823	2.657
Diversos		2.823	2.657
Permanente		30.945	26.995
Investimentos	9	23.560	20.666
Participação em Cooperativa Central de Crédito		16.745	15.462
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		6.815	5.204
Imobilizado de Uso	10	7.172	6.031
Imóveis de Uso		796	796
Outras Imobilizações de Uso		14.119	11.337
(-) Depreciações Acumuladas		(7.743)	(6.102)
Intangível	11	213	298
Ativos Intangíveis		952	828
(-) Amortização Acumulada		(739)	(530)
TOTAL		990.422	791.736

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		758.661	580.926
Depósitos	12	656.454	486.761
Depósito à Vista		141.435	102.930
Depósito Sob Aviso		9.463	8.838
Depósito a Prazo		505.556	374.993
Relações Interfinanceiras		71.744	68.762
Repasses Interfinanceiros	13.1	71.723	68.749
Correspondentes		21	13
Relações Interdependências		5.402	2.351
Recursos em Trânsito de Terceiros	14	5.402	2.351
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	7.090	7.474
Empréstimos no País - Outras Instituições		7.090	7.474
Outras Obrigações		17.971	15.578
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.3	87	106
Sociais e Estatutárias	15.1	9.288	8.081
Fiscais e Previdenciárias	15.2	1.696	1.314
Diversas	15.3	6.900	6.077
Não Circulante		14.493	25.488
Relações Interfinanceiras		11.657	22.823
Repasse Interfinanceiros	13.1	11.657	22.823
Outras Obrigações	15.3.f	2.836	2.665
Diversas		2.836	2.665
Patrimônio Líquido	17	217.268	185.322
Capital Social		144.434	116.524
De Domiciliados No País		145.083	117.354
(-) Capital a Realizar		(649)	(830)
Reserva de Sobras		62.986	54.121
Sobras Acumuladas		9.848	14.677
TOTAL		990.422	791.736

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Sobras ou Perdas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEMESTRE 2016		Exercícios findos em	
		(Não auditado)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Ingressos da Intermediação Financeira	20.1	70.210	136.987	113.533	
Operações de Crédito		69.303	135.391	112.130	
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		907	1.596	1.403	
Dispêndios da Intermediação Financeira	21.1	(64.515)	(111.733)	(68.164)	
Operações de Captação no Mercado		(31.931)	(59.595)	(42.768)	
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	(4.201)	(8.174)	(6.817)	
Provisão para Operações de Créditos		(28.383)	(43.964)	(18.579)	
Resultado Bruto Intermediação Financeira		5.695	25.254	45.369	
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operacionais		8.987	13.918	(1.797)	
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		4.730	8.547	5.332	
Rendas (Ingressos) de Tarifas		4.836	9.192	8.110	
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(12.221)	(22.733)	(19.581)	
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(11.100)	(20.955)	(16.370)	
Dispêndios/Despesas Tributárias		(559)	(1.064)	(593)	
Ingressos de Depósitos Interooperativos		20.885	35.983	20.787	
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20.2	3.879	8.059	3.665	
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21.1	(1.463)	(3.111)	(3.147)	
Resultado Operacional		14.682	39.172	43.572	
Resultado Não Operacional	22	(585)	(561)	5	
Resultado Antes da Tributação e Participações		14.097	38.611	43.577	
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-	
Participações nos Resultados de Empregados		(828)	(1.416)	(1.513)	
Sobras / Perdas antes das Destinações		13.269	37.195	42.064	
Informação adicional sobre a destinação do resultado:					
Destinações legais e Estatutárias					
F.A.T.E.S.		-	(9.590)	(13.716)	
Reserva Legal		-	(2.428)	(3.042)	
Resultado antes do Juros ao Capital		13.269	27.605	28.348	
Juros ao Capital	19	-	(17.757)	(13.671)	
Sobras / Perdas Líquidas		13.269	9.848	14.677	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/14	97.220	(3.564)	41.947	12.856	148.459
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao FATES					-
Constituição de Reservas			1.500	(1.500)	-
Em Conta Corrente do Associado					-
Ao Capital	11.288			(11.288)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(68)	(68)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	3.124	2.734			5.858
Por Devolução (-)	(4.813)				(4.813)
Sobras ou Perdas Líquidas				42.064	42.064
Provisão de Juros ao Capital				(13.671)	(13.671)
Subscrição do Juros ao Capital	13.440				13.440
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.597)				(2.597)
IRRF sobre Juros ao Capital	(308)				(308)
Fates Atos Não Cooperativos				(1.708)	(1.708)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva			10.674	(10.674)	-
FATES				(1.334)	(1.334)
Saldos em 31/12/15	117.354	(830)	54.121	14.677	185.322
Saldo em 31/12/15	117.354	(830)	54.121	14.677	185.322
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas			1.703	(1.703)	-
Ao Capital	12.869			(12.869)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(105)	(105)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	10.336	181			10.517
Por Devolução (-)	(9.079)				(9.079)
Sobras ou Perdas Líquidas				37.195	37.195
Provisão de Juros ao Capital				(17.757)	(17.757)
Subscrição do Juros ao Capital	17.466				17.466
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.390)				(3.390)
IRRF sobre Juros ao Capital	(473)				(473)
Fates Atos Não Cooperativos				(1.533)	(1.533)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva			7.162	(7.162)	-
FATES				(895)	(895)
Saldos em 31/12/16	145.083	(649)	62.986	9.848	217.268
Saldo em 30/06/16 (Não auditado)	131.480	(1.138)	55.824	23.926	210.092
Movimentações de Capital: (Não auditado)					
Por Subscrição/Realização	6.509				6.509
Por Devolução (-)	(6.509)	489			(6.020)
Sobras ou Perdas Líquidas				13.269	13.269
Provisão de Juros ao Capital				(17.757)	(17.757)
Subscrição do Juros ao Capital	17.466				17.466
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.390)				(3.390)
IRRF sobre Juros ao Capital	(473)				(473)
Fates Atos Não Cooperativos				(1.533)	(1.533)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva			7.162	(7.162)	-
FATES				(895)	(895)
Saldos em 31/12/16	145.083	(649)	62.986	9.848	217.268

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2016 (Não auditado)	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	14.097	38.611	43.577
Participações nos Resultados de Empregados	(828)	(1.416)	(1.513)
Depreciações e Amortizações	761	1.506	1.328
Provisão de Juros ao Capital	(17.757)	(17.757)	(13.671)
Provisão para perda com operações de crédito	28.383	43.964	18.579
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	5	7	9
Resultado de participação de coligadas e controladas e distribuição de sobras	-	(1.964)	(938)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	-	(1)
	24.661	62.951	47.370
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	1.093	(7.603)	4.423
Relações Interfinanceiras	138	-	-
Operações de Crédito	(18.836)	(69.174)	(117.798)
Outros Créditos	(3.675)	(6.198)	(1.727)
Outros Valores e Bens	976	1.268	(3.127)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	23.546	38.504	14.659
Depósitos sob Aviso	275	625	(677)
Depósitos a Prazo	69.158	130.563	98.183
Outras Obrigações	2.992	2.275	(476)
Relações Interfinanceiras	(13.463)	(8.184)	91.569
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.060)	(384)	(85.733)
Relações Interdependências	5.390	3.051	2.336
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	91.195	147.694	49.002
Atividades de Investimentos			
Alienação de Investimento	-	-	-
Recebimento de Dividendos	-	681	938
Distribuição de Sobras da Central	-	1.283	-
Aplicação no Intangível	-	(2)	-
Aplicação no Diferido	-	-	(13)
Inversões em Imobilizado de Uso	(918)	(2.567)	(2.108)
Inversões em Investimentos	(910)	(2.894)	(4.329)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.828)	(3.499)	(5.512)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	6.998	10.517	5.858
Devolução de Capital à Cooperados	(6.509)	(9.079)	(4.813)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(105)	(68)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(1.533)	(1.533)	(1.708)
FATES Sobras Exercício	(895)	(895)	(1.334)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	291	291	231
Subscrição do Juros ao Capital	17.466	17.466	13.440
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.390)	(3.390)	(2.597)
IRRF sobre Juros ao Capital	(473)	(473)	(308)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	11.955	12.799	8.701
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	101.322	156.994	52.191
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	253.083	197.411	145.220
No Fim do Período	354.405	354.405	197.411
Variação Líquida das Disponibilidades	101.322	156.994	52.191

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO ("SICOOB SUL-SERRANO" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 02/05/1995, filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1984, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL-SERRANO possui 23 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BREJETUBA - ES, AFONSO CLÁUDIO - ES, MARECHAL FLORIANO - ES, IUUNA - ES, IBATIBA - ES, IRUPI - ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, MUNIZ FREIRE - ES, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, CARIACICA - ES, IBITIRAMA - ES, VI-TÓRIA - ES, LARANJA DA TERRA - ES,

O SICOOB SUL-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, os quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, tendo sido aprovada pela diretoria executiva em 4 de abril de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras

Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constitui-se em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do Cosif. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuíram para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

(j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente, que mereça divulgação, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa	13.976	6.373
TOTAL	13.976	6.373

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

O resultado dessas operações em 2016 foi de R\$ 1.596 (2015 – R\$ 1.403), registrados na rubrica "Resultados de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros".

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	349.681	189.526
TOTAL	349.681	189.526

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

As receitas recebidas dessa transação resultaram em 2016 no montante de R\$ 35.983 (2015 – R\$ 20.787) registradas na rubrica "Ingressos de depósitos intercooperativos".

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.079	0	1.079	1.044
Empréstimos	230.316	207.560	437.876	391.129
Títulos Descontados	49.649	0	49.649	45.176
Financiamentos	22.532	31.309	53.841	49.582
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	74.334	11.553	85.887	92.556
(-) Provisões para Operações de Crédito	(53.185)	0	-53.185	29.549
TOTAL	324.725	250.422	575.147	549.938

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financia-mentos	Financia-mentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	3.588	0	19	3.911	3.911		26.361	
A 0,5% Normal	200.458	833	28.816	22.604	252.710	1.264	270.484	1.352
B 1% Normal	120.579	7.402	12.404	50.289	190.675	1.907	192.803	1.928
B 1% Vencidas	20.045	13	1.615	0	21.673	217	4.141	41
C 3% Normal	39.441	2.428	6.593	9.476	57.939	1.738	30.481	914
C 3% Vencidas	3.892	54	1.198	189	5.332	160	3.833	115
D 10% Normal	20.752	1.407	572	2.087	24.818	2.482	11.589	1.159
D 10% Vencidas	5.202	69	769	54	6.094	609	3.746	375
E 30% Normal	3.284	150	65	137	3.635	1.091	10.254	3.076
E 30% Vencidas	3.311	27	267	84	3.690	1.107	2.518	755
F 50% Normal	20.895	180	109	163	21.347	10.673	576	288
F 50% Vencidas	4.065	62	307	84	4.518	2.259	1.987	994
G 70% Normal	6.758	146	0	0	6.904	4.833	6.583	4.608
G 70% Vencidas	1.329	51	118	110	1.608	1.126	625	438
H 100% Normal	3.053	753	96	156	4.058	4.058	1.603	1.603
H 100% Vencidas	19.013	430	892	152	20.486	20.486	11.902	11.902
Total Normal	418.808	13.299	48.675	85.215	565.999	28.045	550.735	14.930
Total Vencidos	56.857	707	5.166	672	63.402	25.964	28.752	14.620
Total Geral	475.666	14.006	53.841	85.887	629.400	54.010	579.487	29.549
Provisões	48.489	1.796	2.031	1.694	54.010		29.549	
Total Líquido	427.176	12.211	51.810	84.193	575.390		549.938	

Na composição do quadro encontra-se agregado, nos níveis de risco, os valores de avais e fianças honrados no montante de R\$ 1.068, bem como o saldo de provisão correspondente no montante de R\$ 825, conforme apresentado na nota 7.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	85.613	132.843	207.561	426.017
Títulos Descontados	45.815	3.834	0	49.649
Financiamentos	6.690	15.842	31.309	53.841
Financiamentos Rurais	14.851	59.484	11.553	85.887
TOTAL	152.969	212.003	250.422	615.394

A diferença entre o total das operações do quadro "b" e "c" no montante de R\$ 14.006 refere-se aos valores de saldo de cheque especial, conta garantida e adiantamento a depositante, que não possuem vencimento.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.340	82.793	14.082	0	98.216	16%
Setor Privado - Indústria	263	6.689	3.735	0	10.688	2%
Setor Privado - Serviços	5.853	255.258	20.723	1.752	283.586	45%
Pessoa Física	6.481	118.972	10.949	80.469	216.870	34%
Outros	68	16.146	160	3.667	20.041	3%
TOTAL	14.006	479.858	49.649	85.887	629.400	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	29.549	18.916
Constituições	41.439	18.580
Transferência para prejuízo	(17.803)	(7.947)
TOTAL	53.185	29.549

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	13.025	2,00%	198	0,00%
10 Maiores Devedores	103.695	16,00%	1.309	0,00%
50 Maiores Devedores	230.985	37,00%	2.923	1,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	26.819	21.118
Valor das operações transferidas no período	17.803	7.947
Valor das operações recuperadas no período	(2.534)	(1.908)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	104	50
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(74)	(388)
TOTAL	42.118	26.819

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 135.391 (2015 – R\$ 112.130) registradas na rubrica "Operações de crédito" na demonstração de chances ou perdas.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Créditos por Avais e Fianças Honradas	1.068	-
Rendas A Receber	4.571	2.902
Serviços Prestados a Receber	547	362
Outras Rendas a Receber (a)	4.024	2.540
Diversos	9.950	4.304
Adiantamentos e Antecipações Salariais	195	170
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	27	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	38	11
Devedores por Compra de Valores e Bens (b)	5.275	304
Impostos e Contribuições a Compensar (c)	882	601
Pagamentos a Ressarcir	21	80
Títulos e Créditos a Receber	310	297
Devedores Diversos – País	379	187
(-) Provisões Para Outros Créditos (d)	-2.185	-3
TOTAL	10.581	4.549

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R\$ 3.894 mil;

(b) Refere-se a devedores que adquiriram bens da Cooperativa com pagamentos parcelados;

Notas Explicativas

- (c) Refere-se a impostos federais a serem compensados;
 (d) Refere-se a provisões de riscos constituídas a partir dos devedores por compra de bens.
 Outros créditos - não circulante

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	2.823	2.657
TOTAL	2.823	2.657

(a) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 507), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 2.292) e processos trabalhistas (R\$ 24);

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.982	3.672
Material em Estoque	174	127
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-648	0
Despesas Antecipadas (c)	37	14
TOTAL	2.545	3.813

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;
 (b) Refere-se a provisão de desvalorização de bens recebidos em dação de pagamento;
 (c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

9. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRALES e ações do BANCOOB.

Descrição	Percentual Participação	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	19%	16.745	15.462
Participações inst financ controlada coop crédito	0,60%	6.815	5.204
TOTAL		23.560	20.666

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	673	519	(*)
Edificações	796	796	4%
Instalações	6.382	4.862	10%
Móveis e equipamentos de Uso	2.623	2.190	10%
Sistema de Comunicação	306	269	10%
Sistema de Processamento de Dados	3.036	2.606	20%
Sistema de Segurança	909	792	10%
Sistema de Transporte	190	100	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-7.743	-6.103	
TOTAL	7.172	6.031	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	953	828
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-739	-530
TOTAL	213	298

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	141.435	102.930
Depósito Sob Aviso	9.463	8.838
Depósito a Prazo	505.556	374.993
TOTAL	656.454	486.761

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	24.542	4,00%	2.342	0,00%
10 Maiores Depositantes	76.084	12,00%	8.437	2,00%
50 Maiores Depositantes	160.694	25,00%	19.587	4,00%

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 59.595 (2015 – R\$ 42.768) registradas na rubrica "operações de captação no mercado" na demonstração de sobras ou perdas.

13. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	60.811	10.018	71.582
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	10.912	1.639	19.990
Total			71.723	11.657	91.572

13.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	7.090	-	7.474
Total			7.090	-	7.474

13.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
BANCOOB	5.446	4.619
Sicoob Central ES	2.728	2.198
Total	8.174	6.817

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	5.402	2.351
Total	5.402	2.351

a) Trata-se de cheques emitidos contraordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

15.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Para Participações Nos Lucros (a)	1.337	1.442
Resultado De Atos Com Associados (b)	3.768	3.022
Resultado De Atos Com Não Associados (b)	1.538	1.708
Gratificações E Participações A Pagar (c)	89	43
Cotas De Capital A Pagar (d)	2.557	1.866
TOTAL	9.288	8.081

(a) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 1.337, a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/16.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(c) Refere-se a bônus da Diretoria Executiva vinculado a metas de desempenho.

(d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	1.696	1.314
TOTAL	1.696	1.314

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	2	7
Despesas de Pessoal	1.720	1.538
Outras Despesas Administrativas (a)	1.114	937
Credores Diversos – País (b)	908	745
Cheques Descontados (c)	352	810
Obrigações por prestação de serviços de pagamento (d)	2.192	1.771
Provisão para Garantias Prestadas	612	269
Provisão para Passivos Contingentes (e)	2.837	2.665
Total	9.737	8.742

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água e energia R\$ 1 mil, alugueis R\$ 86 mil, comunicações R\$ 131 mil, manutenção e conservação de bens R\$ 9 mil, transporte R\$ 10 mil, plano de saúde R\$ 13 mil, compensação R\$ 302 mil, seguros a recolher R\$ 4 mil, seguro prestamista R\$ 352 mil, provisão de despesas com cartões R\$ 158 mil, outras R\$ 48 mil;

(b) Refere-se a valores que serão repassados a terceiros, associados ou parceiros;

(c) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016;

(a) Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

(d) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2016		2015	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
PIS (a)	507	507	477	477
COFINS (a)	2.292	2.292	2.180	2.180
Trabalhista (b)	34	25	-	-
Outras (c)	3	-	8	-
Total	2.836	2.824	2.665	2.657

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

(b) Refere-se a ação trabalhista;

(c) Refere-se a ações de indenização por danos morais e materiais.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL-SERRANO, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 267 mil.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL-SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por cotas-parce no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-parces.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	144.434	116.523
Associados	39.429	34.521

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/04/2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$12.975 mil.

(d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	19.437	28.393
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.532)	(1.708)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	17.905	26.685
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(7.162)	(10.674)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(895)	(1.334)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	9.848	14.677

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de prestação de serviços	5.155	2.741
Despesas específicas de atos não cooperativos	(611)	(394)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.130)	(644)
Resultado operacional	3.414	1.703
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(561)	5
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.853	1.708
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	2.853	1.708

19. Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros sobre o capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Juros ao Capital	17.757	13.671
IRRF sobre juros ao capital	(477)	(308)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(288)	(231)
Creditado em Conta Corrente (a)	(3.390)	(2.597)
Valor incorporado a conta capital (a)	13.602	10.535

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	2.406	2.437
Rendas De Empréstimos	97.397	80.015
Rendas de Títulos Descontados	13.816	11.609
Rendas De Financiamentos	11.984	10.497
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	5	1
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	7.353	5.722
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.430	1.849
Rendas C/ Tit.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	1.596	1.403
TOTAL	136.987	113.533

20.1 Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas diversas	221	139
Rendas de repasses delcredere	1.448	681
Reversão de provisões operacionais	9	-
Dividendos	681	938
Distribuição de Sobras da Central	1.283	-
Rendas de juros Cartão de crédito	2.498	1.040
Rendas multas por Atraso cartão de Crédito	830	430
Rendas Intercâmbio – Cartão de Crédito	687	307
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito	151	120
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	64	-
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	172	-
Receita Volume Financeiro - Rede	15	-
Outras	-	10
Total	8.059	3.665

21. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	-59.595	-42.768
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-8.174	-6.817
Provisão para Operações de Créditos	-43.964	-18.579
TOTAL	-111.733	-68.164

21.1. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Descontos concedidos - operações de crédito	1.199	842
Fundo de Desenvolvimento	0	1.113
Bonificação de Seguro Prestamista	26	2
Correspondente Bancário	127	159
Cancelamento de Tarifas Pendentes	656	569
Provisão para Garantias Prestadas	0	269
Perdas – Fraudes Externas	93	-
Perdas – Práticas Inadequadas	39	-
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	1	-
Perdas – Falhas em Gerenciamento	4	-
Passivos Trabalhistas	35	0
Passivos Contingentes	3	0
Pis Judicial	0	54
Multas e Juros	2	10
Desconto Concedidos Operação de Crédito Pessoal	23	11
Estorno Juros Mora – Operação Crédito – RPL/Repassado	5	0
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Fraudes Externas	16	49
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Perdas Operacionais	9	28
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	838	0
Diversos	35	41
Total	3.111	3.147

22. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	3	1
Outras Receitas Não Operacionais	126	61
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	-19	-4
Outras Despesas Não Operacionais	-671	-53
Resultado Líquido	-561	5

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
2.176	0,20
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
2.613	1,30

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Conta Corrente	4	-	0,03

Crédito Rural	270	(3)	0,31
Empréstimo	1.002	(19)	0,21
Títulos Descontados	94	(1)	0,19

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	374	0,97	-
Depósitos a Prazo	2.954	1,16	90% a 102% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,70% a 4,00% a.m.	1,70% a 4,00% a.m.
Empréstimos	1,20% a 4,85% a.m.	1,20% a 4,85% a.m.
	CDI+0,30% a CDI+3,00% a.m.	CDI+0,30% a CDI+3,00% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,25% a 2,80% a.m.	1,25% a 2,80% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a 9,50% a.a.	2,50% a 9,50% a.a.
Aplicação Financeira	90% a 102% do CDI	90% a 102% do CDI

No exercício de 2016, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)

Honorários e Cédula de Presença	1.295
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	43

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de crédito, o qual, a Cooperativa tem participação (Nota 8, 13 e 24) e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob (Nota 8 e 13).

Transações com Sicoob Central ES e Bancoob		
	2016	2015
Ativo	363.657	195.899
Títulos e Valores mobiliários	13.976	6.373
Relações Interfinanceiras	349.681	189.526
Passivo	90.470	99.046
Relações Interfinanceiras	83.380	91.572
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.090	7.474
Receitas	37.579	22.190
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	1.596	1.403
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	35.983	20.787
Despesas	8.718	6.829
Operações de Empréstimos e Repasses	8.174	6.817
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	544	12

24. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO - SICOOB SUL-SERRANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL ES, em 31/12/2016, foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 06/02/2017, com opinião sem modificação.

25. Gerenciamento de Risco

25.1. Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB SUL-SERRANO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB SUL-SERRANO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 49.800 (quarenta e nove milhões, oitocentos mil), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2016	2015
Patrimônio de Referência	217.253	185.310
Margem de Compatibilização	131.248	109.660
Índice da Basileia	32,84%	31,84%
Margem de Imobilização	101.255	86.339

VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES, 4 de abril de 2017

Tania Aparecida Uliana Torres
Diretora Executivo
CPF: 752.444.207-63

Eliane Gomes Zandonadi
Diretora Operacional
CPF: 753.269.907-25

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Aos Administradores e Cooperados Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano (“Cooperativa” ou “Sicoob Sul-Serrano”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul – Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Informações suplementares relativas ao segundo semestre de 2016

Conforme resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional – CMN, as demonstrações contábeis das cooperativas de crédito singulares relativas ao primeiro semestre do exercício social estão dispensadas da necessidade de auditoria independente. Consequentemente, as informações financeiras suplementares da Cooperativa relativas ao segundo semestre de 2016, apresentadas em conjunto com os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram objeto específico de auditoria e estão sendo apresentadas como informação suplementar.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Relatório de Auditoria

As demonstrações contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro 2015 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 21 de março 2016, expressa uma opinião sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 5 de abril de 2017



Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – PricewaterhouseCoopers, datado de 05 de Abril de 2017, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

Venda Nova do Imigrante/ES, 06 de Abril de 2017.

Alberto Falqueto
Coordenador do Conselho Fiscal

Rodrigo Pizzol Ventorim
Secretário do Conselho Fiscal

Antelmo Cardoso
Conselheiro Fiscal - Efetivo

